

Ameaça à oferta de petróleo favorece Brasil e dólar cai a R\$ 5,03

O dólar comercial caiu nesta segunda-feira (29) à menor cotação desde 15 de junho no mercado de câmbio brasileiro. A moeda americana fechou a sessão valendo R\$ 5,033, o que significou um recuo de 0,88% em relação ao fechamento da semana passada.

Na comparação com as principais divisas mundiais, o real foi a que mais ganhou força neste dia.

A valorização de matérias-primas exportadas pelo Brasil, principalmente o petróleo, está atraindo investidores estrangeiros para o país, enquanto mercados internacionais apresentam perdas com a perspectiva de um período prolongado de aperto monetário.

Ameaças ao abastecimento de energia provocadas pela Guerra na Ucrânia, além de outras crises em regiões produtoras de petróleo, voltaram a provocar preocupações sobre a oferta nos próximos meses.

Na Líbia, confrontos entre milícias ameaçam interromper os embarques de petróleo em um momento em que a crise energética da Europa está piorando. O Irã, outro importante produtor, apontou dificuldades na conclusão do acordo nuclear com o Ocidente, do qual também depende o aumento do fluxo de óleo.

“A única negociação com a qual todos podem concordar é que o mercado de petróleo provavelmente permanecerá apertado”, disse Ed Moya, analista de mercado sênior

da Oanda, em entrevista à Bloomberg.

No encerramento desta segunda, o barril do petróleo Brent subiu 3,75%, aos US\$ 104,78 (R\$ 528,33). Esse é o maior valor de fechamento desde 29 de julho.

Analistas ouvidos pela agência Reuters ainda destacaram que produtores de matérias-primas em geral estão trazendo recursos para dentro do país, em parte devido aos elevados juros pagos pela renda fixa local.

“Temos visto movimento de exportadores que vinham mantendo divisas em moedas globais internalizando recursos”, disse Rodolfo Margato, economista da XP. “A recuperação das commodities explica esse desempenho superior do real.”

Clayton Castelani/Folhapress



Economia



Juros para famílias e empresas sobem em junho, diz Banco Central

Página - 03

Mercado financeiro reduz projeção da inflação de 6,82% para 6,7%

Página - 03



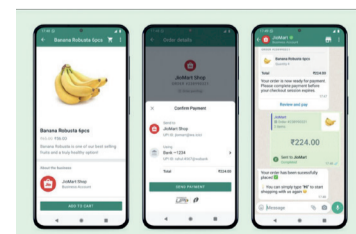
Os planos do Bradesco para ser o maior banco digital do México

Página - 08



WhatsApp libera compras pelo app na Índia

Página - 08



Política

Conduta de empresários indica risco de atentado à democracia, diz Moraes

Página - 04

Campanha de Lula resiste em rever tom sobre corrupção, mas reavalia participação em debates

Página - 04

No Mundo

Zelenski acusa Rússia de terrorismo econômico para pressionar Europa



O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, acusou a Rússia de praticar terrorismo econômico com a Europa, que enfrenta uma grave alta nos custos da energia e risco de racionamento. “[Moscou] está exercendo pressão com a crise de preços, com a pobreza, para enfraquecer a Europa”, disse, ontem (29), em conferência do setor de energia na cidade norueguesa de Stavanger.

A declaração ocorre no momento em que a Gazprom, estatal russa, planeja uma manutenção nesta semana que interromperá os fluxos no gasoduto Nord Stream 1, que liga a Rússia e a Alemanha através do Mar Báltico. A

possibilidade de paralisação no fornecimento alimentou temores de que Moscou esteja reduzindo a oferta para pressionar as nações ocidentais que se opõem à invasão da Ucrânia, uma acusação que o Kremlin nega.

A Rússia é a principal exportadora de gás para a Europa, e o atual cenário de demanda vem impactando fortemente os países do bloco, em especial a Alemanha.

Para tentar contornar a crise, a República Tcheca, que detém a presidência rotativa da União Europeia, convocou uma reunião de emergência dos ministros da energia do bloco para o dia 9 de setembro, quando será proposto um teto para o preço do gás utili-

zado na produção de energia.

À medida que o outono se aproxima no continente europeu, o tema ganha ainda mais centralidade. Nesta segunda-feira, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que a UE está preparando uma intervenção de emergência e uma reforma estrutural no mercado de eletricidade do bloco.

Em pronunciamento na cidade de Bled, na Eslovênia, a representante afirmou que o aumento dos preços expõe as limitações do atual modelo de mercado europeu. “Precisamos de um novo modelo de mercado para eletricidade que realmente funcione e nos traga de volta o equilíbrio”, disse.

Folhapress

Líder xiita recua no Iraque e apoiadores invadem palácio do governo

Poderoso clérigo muçulmano xiita do Iraque, Moqtada al-Sadr anunciou nesta segunda-feira (29) sua aposentadoria definitiva da política e o fechamento de seus escritórios, em resposta a um impasse que já dura dez meses e deu ao Iraque seu período mais longo sem governo.

A resposta de seus apoiadores foi imediata -dezenas de pessoas invadiram a sede do governo e mergulharam na piscina. O Palácio Republicano fica na Zona Verde de Bagdá, região de ministérios e missões estrangeiras que já vinha sendo ocupada há semanas por grupos de manifestantes pró-Sadr.

No meio da confusão desta segunda foram ouvidos tiros, segundo relato de testemunhas a agências de notícias internacionais.

Após a invasão, Mustafa al-Kadhimi, o primeiro-ministro interino aliado de Sadr, suspendeu as reuniões de seu gabinete. O Exército decretou toque de recolher no país todo a partir do fim

do dia, e pediu que os manifestantes deixem a Zona Verde para evitar mais confrontos.

Sadr não detalhou o fechamento de seus escritórios, mas disse que as instituições culturais e religiosas permanecerão abertas.

Sadr é uma das únicas pessoas no Iraque -além do aiatolá Ali al-Sistani, grande autoridade religiosa xiita- capazes de mobilizar as massas. Tem milhões de seguidores, uma milícia e um império financeiro. O que Sadr não tem ainda é um governo -e é isso que ele demanda desde que seu partido venceu as eleições.

A crise que entra mais uma vez em ebulição vem sendo gestada há meses. Sadr obteve a maior quantidade de votos em outubro do ano passado, mas ficou sem a maioria no Parlamento. Em junho, depois de não conseguir formar um governo que excluísse seus rivais, principalmente partidos xiitas apoiados pelo Irã, optou por retirar todos os seus parlamentares do governo. Folhapress

Chile repudia falas de Bolsonaro sobre Boric e convoca embaixador do Brasil



As declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre os governos de esquerda na América Latina causam desconforto no Chile e em seu presidente, Gabriel Boric. No debate na noite de domingo (28), Bolsonaro acusou Boric de ter atestado “fogo em metrô”.

Em nota, o governo chileno citou o presidente brasileiro por nome e afirmou que as falas “são inaceitáveis e não estão de acordo com o tratamento respeitoso devido aos chefes de Estado ou com as relações fraternas entre dois países latino-americanos”.

Ao mirar seu principal oponente nas eleições deste ano, o ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (PT), o chefe do Executivo brasileiro disse ontem: “Lula apoiou o presidente do Chile também, o mesmo que praticava atos de tocar fogo em metrô lá no Chile. Para onde está indo o nosso Chile?”.

Boric, de 35 anos, é ex-líder estudantil e o presidente mais jovem da história de seu país. Sua vitória representa uma guinada à esquerda e rompeu com três décadas de alternância entre os partidos de centro desde o fim da ditadura de Augusto Pinochet, em 1990. No início do ano, Bolsonaro rejeitou ir à posse de Boric e enviou seu vice, Hamilton Mourão.

Ainda no discurso contra o petista, Bolsonaro citou

os governos da Argentina, Colômbia e Venezuela antes de falar sobre a Nicarágua. “O nosso prezado presidente Lula apoiou, na Nicarágua, [Daniel] Ortega, que agora persegue cristãos, prende padres, expulsa freiras. Uma perseguição religiosa sem tamanho. E quando ele é questionado sobre isso, ele diz: ‘Não devemos meter o nariz em outros países’”.

A fala não é isolada. Em suas lives semanais, o presidente brasileiro tem investido contra esses governos, ressaltando, como ontem, que o Brasil estaria recebendo “mais de 500 pessoas por dia” da Venezuela “fugindo da fome, da miséria, da violência”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Juros para famílias e empresas sobem em junho, diz Banco Central



As famílias e as empresas pagaram taxas de juros mais altas em junho deste ano, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem (29) pelo Banco Central (BC). A taxa média de juros para pessoas físicas no crédito livre chegou a 51,5% ao ano, com aumento de 1,1 ponto percentual em relação a maio e de 11,7 pontos percentuais em 12 meses.

Nas contratações com empresas, a taxa livre cresceu 0,7 ponto percentual no mês e 8,1 pontos percentuais em 12 meses, alcançando 22,6% ao ano.

Para pessoas físicas, o destaque foi o cartão, com alta de 2,1 pontos percentuais no mês, alcançando 78,7% ao ano. No crédito rotativo, que é aquele tomado pelo consu-

midor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão e dura 30 dias, houve aumento de 1,6 ponto percentual no mês, para 370,4% ao ano. Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida. No caso do cartão parcelado, os juros subiram 0,5 ponto percentual, para 173,2% ao ano.

Também influenciaram o aumento dos juros para as famílias as taxas do cheque especial, com alta de 1,3 ponto percentual (129,2% ao ano), e o crédito pessoal não consignado, que subiu 1,2 ponto percentual (87,5% ao ano). Os juros do cheque especial subiram 1,3 ponto percentual no mês para 129,2% ao ano.

No crédito livre às empresas, houve incrementos na maioria das modalidades, especialmente em capital de

giro, alta de 1,3 ponto percentual, para 23,3% ao ano; cheque especial, aumento de 2 pontos percentuais, chegando a 316,9% ao ano; e desconto de cheques, que subiu 1,5 ponto percentual, alcançando 36,8% ao ano. Já o financiamento a importações caiu 3,7 pontos percentuais, para 8,8% ao ano, assim como o cartão de crédito, que teve recuo de 1,9 ponto percentual nos juros, para 29,9% ao ano.

Essas taxas são do crédito livre, em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado, que tem regras definidas pelo governo, é destinado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Andreia Verdélio/ABR

Mercado financeiro reduz projeção da inflação de 6,82% para 6,7%

A previsão do mercado financeiro para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerada a inflação oficial do país, caiu de 6,82% para 6,7% neste ano. É a nona redução consecutiva da projeção. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda (29), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições para os principais indicadores econômicos.

Para 2023, a estimativa de inflação ficou em 5,3%. Para 2024 e 2025, as previsões são de 3,41% e 3%, respectivamente.

A previsão para 2022 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,5% para este ano, com intervalo de tole-

rância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Em julho, a inflação recuou 0,68%, após aumento de 0,67% registrada em junho. Com o resultado, o IPCA acumula alta de 4,77%, no ano, e 10,07%, em 12 meses. No mês de agosto, o IPCA-15, a prévia da inflação oficial, também registrou deflação de 0,73%, menor que a de junho (alta de 0,13%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Copom (Comitê de Política Monetária). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava em 13,75% ao ano.

Folhapress



Estoque total de crédito do país cresce 1,6% em junho e chega a R\$ 4,9 trilhões



O estoque total de crédito no país subiu 1,6% em junho, totalizando R\$ 4,956 trilhões. O valor equivale a 53,9% do PIB. Em maio, o saldo foi de R\$ 4,876 trilhões.

Os números são da Nota Monetária de Crédito, divulgada pelo Banco Central nesta segunda-feira (29). Os dados de junho seriam divulgados originalmente no fim do mês seguinte, mas as divulgações seguem atrasadas, mesmo quase dois meses do fim da greve de servidores do Banco Central.

O documento mostra que a taxa média de juros ficou em 28,1% ao ano em junho, primeira alta após um mês de estabilidade. Em junho de 2021, estava em 20%.

Quando considerado ape-

nas o crédito livre —em que as taxas são pactuadas livremente entre bancos e tomadores—, os juros subiram 1 ponto no mês, para 39%. Nos recursos direcionados, que atendem a parâmetros estabelecidos pelo governo, houve recuo de 0,1 ponto, a 10,7%.

Após queda no mês de maio, o número de concessões de crédito passou a R\$ 24 bilhões em junho, uma alta de 4,9% na comparação com o mês anterior.

A inadimplência no segmento de recursos livres —que considera os atrasos superiores a 90 dias—, ficou estável em 3,6% em junho em relação a maio. O indicador começou o ano em 3,3%, subiu a 3,5% em abril e a 3,6% em maio.

O spread bancário no

mesmo segmento subiu a 26,5 pontos percentuais, sobre 25,9 pontos no mês anterior.

A instituição também divulgou com atraso os dados de maio, quando o estoque total de crédito cresceu 1,1% em relação a abril, em patamar equivalente a 53,7% do PIB.

O juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu 1,6 ponto porcentual de maio para junho, de 368,8% para 370,4% ao ano. O movimento reflete o ciclo de alta da Selic.

Já o juro do parcelamento no cartão subiu de 172,7% para 173,2% ao ano. Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa foi de 76,6% para 78,7%.

Elis Barreto/CNN Brasil

Política

Conduta de empresários indica risco de atentado à democracia, diz Moraes



O ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou na decisão que autorizou buscas contra oito empresários bolsonaristas que as condutas do grupo indicavam a possibilidade de organização de atentados contra a democracia. O documento foi tornado público nesta segunda-feira (29), quase uma semana depois das diligências.

Como mostrou o UOL, as representações da Polícia Federal levadas ao ministro relatam que as mensagens divulgadas pelos empresários bolsonaristas tinham o potencial de “instigar” a população e proporcionar condições para a ruptura do Estado Democrático de Direito.

As manifestações basearam a decisão do ministro

em autorizar buscas contra oito empresários ligados ao Palácio do Planalto, incluindo Luciano Hang, dono das lojas Havan, que defenderam a ideia de um golpe de Estado caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vença as eleições de outubro de 2022. As mensagens foram reveladas pelo site Metrôpoles.

“Não há dúvidas de que as condutas dos investigados indicam possibilidade de atentados contra a democracia e o Estado de Direito, utilizando-se do modus operandi de esquemas de divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a independência do Poder Judiciário, o Estado de Direito e a democracia; revelando-se im-

prescindível a adoção de medidas que elucidem os fatos investigados”, disse Moraes.

Em sua decisão, Moraes afirmou que o caso está enquadrado dentro do que é investigado no inquérito das milícias antidemocráticas, especialmente no que se refere ao “financiamento de atividades digitais ilícitas e incitação à prática de atos antidemocráticos”.

O ministro cita uma mensagem do empresário José Koury, do Barra World Shopping. Na conversa, ele diz: “Alguém aqui no grupo deu uma ótima ideia, mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra todos os funcionários das nossas empresas”.

Paulo Roberto Netto/Folhapress

Campanha de Lula resiste em rever tom sobre corrupção, mas reavalia participação em debates

A resposta tímida do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à ofensiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o tema corrupção durante o debate de domingo (28) provocou apreensão no comando da campanha do petista.

Integrantes da equipe avaliam que Lula perdeu o timing ao ser questionado sobre corrupção na Petrobras pelo chefe do Executivo, seu principal adversário na corrida eleitoral. Militantes do partido cobraram nas redes uma reação mais enfática do ex-presidente.

Apesar disso, a cúpula da campanha resiste à mudança na estratégia definida até o momento —de não dar enfoque ao tema.

Nas palavras de um integrante da cúpula petista, Lula não pretende levar o debate “ao pântano” que, na opinião dele, seria uma zona

de conforto para Bolsonaro. A campanha, dizem aliados, segue pautada por temas da economia.

A ideia, segundo interlocutores de Lula, é fazer com que o tema seja abordado em peças divulgadas nas redes sociais e durante entrevistas concedidas pelo ex-presidente —e, a princípio, não levar o assunto ao horário eleitoral em rádio e TV.

“Só interessa a quem não tem propostas ficar falando do passado”, diz o advogado Cristiano Zanin, que integra a coordenação jurídica da campanha. Segundo ele, o tema já foi exaustivamente tratado pelo ex-presidente.

A cúpula da campanha avalia que Lula errou na primeira resposta sobre corrupção —após pergunta feita por Bolsonaro. Ele foi orientado a não atacar o chefe do Executivo, mas acabou sendo passivo demais no embate com o presidente, avaliam. Folhapress



Bolsonaro restringe novas sabatinas para evitar risco de confronto



Após ter perdido o controle e atacado a jornalista Vera Magalhães e a senadora Simone Tebet (MDB-MS) no debate de domingo (28), o presidente Jair Bolsonaro (PL) pretende priorizar sabatinas nas quais espera ser menos confrontado.

Na tarde desta segunda (29), a previsão é que conceda uma entrevista à Rede TV na quinta (1º), outra ao SBT na sexta (2) e uma terceira à Jovem Pan, na segunda (5). A ida a uma sabatina agendada

pela CNN para quarta (31) está descartada, por ora.

Nos três veículos já definidos, o presidente e seus auxiliares consideram menores os riscos de um novo deslizamento com o eleitorado feminino, que vêm batalhando para conquistar. Além disso, acham que poderão usar o espaço para tentar aumentar a rejeição ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro e Lula mantiveram suspense sobre a ida ao debate de domingo, organizado pela Folha de S.Paulo,

pelo UOL e pelas TVs Bandeirantes e Cultura, justamente porque avaliaram até o último minuto o que tinham a ganhar e a perder com a participação no encontro.

A campanha bolsonarista avalia que ele derrapou ao atacar as mulheres, embora minimizem o impacto eleitoral do episódio. Além de ter se mostrado machista, o que não contribuiu para vencer a rejeição do eleitorado feminino, ele provocou forte reação dos adversários. Juliana Braga/Folhapress

... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/08/2022 da Alhaisa S.A. Indústria Farmacêutica tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) alterar o Estatuto Social da Companhia; (c) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (d) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (e) fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (f) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à fusão, incorporação, cisão ou outra reorganização societária envolvendo a Companhia ou qualquer sociedade na Companhia; (g) deliberar sobre qualquer decisão relacionada à dissolução ou liquidação envolvendo Companhia e/ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (h) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas; (i) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor; (j) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objetos de suspensão; (k) eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (l) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e (m) deliberar sobre a celebração de transações cujo valor corresponda a mais de 50% do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado. **§ Único.** A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para os acionistas, membros de seu Conselho de Administração ou Conselho Fiscal (quando instalado) ou seus Diretores. **Artigo 34.** O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto ou ao acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, sob pena de responsabilidade pessoal. **Capítulo VII – Do Exercício Social, das Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros.** **Artigo 35.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **§ 1º.** Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social e trimestre, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes. **§ 2º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A. **§ 3º.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do Artigo 189 da Lei das S.A. **Artigo 36.** Após realizadas as deduções

contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% do lucro líquido do exercício social serão alocados para a reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, nos termos do artigo 193, § 1º, da Lei das S.A.; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela não superior à diferença entre (a) 75% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (b) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 15% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A. **§ 1º.** O dividendo previsto na alínea (f) do caput deste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia. **§ 2º.** Os Lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º deste Artigo serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, nos termos do Artigo 202, § 5º, da Lei das S.A. **Artigo 37.** A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços semestrais; (b) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º da Lei das S.A.; (c) distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou

de reservas de lucros existente no último balanço anual ou semestral; e creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Artigo 38.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, § 2º deste Estatuto Social. **Artigo 39.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Da Dissolução e da Liquidação.** **Artigo 40.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, e o Conselho Fiscal, quando instalado, para funcionar durante a fase de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Da Legislação Aplicável e Arbitragem.** **Artigo 41.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. **Capítulo X – Disposições Finais e Transitórias.** **Artigo 42.** Deverão ser observadas pelos acionistas, pelos administradores, pelos membros do Conselho Fiscal e pela Companhia, as disposições de acordo(s) de acionistas da Companhia arquivado(s) em sua sede, sendo-lhes expressamente vedado praticar qualquer ato em desconformidade ou acatar ou registrar qualquer declaração de voto de qualquer acionista signatário ou administrador vinculado ao(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em referido(s) acordo(s) de acionistas. **Artigo 43.** Os acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra, venda, transferência e oneração de ações de emissão da Companhia, preferência ou opção de compra ou venda para adquirir-las, exercício do direito de voto, ou poder controle, serão respeitados pela Companhia, por sua administração e pelos demais acionistas. **Artigo 44.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com as disposições da Lei das S.A.

Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.

CNPJ/MF nº 05.044.984/0001-26

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes foram publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo – Caderno Empresarial, na edição de 30 de agosto de 2022.

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	2021	2020	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10.014	18.252	
Contas a receber de clientes	148.213	142.606	
Contas a receber de partes relacionadas	22.589	26.999	
Estoques	54.235	57.668	
Tributos a recuperar	49.463	45.796	
Outros recebíveis	970	897	
Total do ativo circulante	285.484	292.218	
Não circulante			
IRPJ e CSLL diferidos	12.928	12.483	
Depósitos judiciais	312	561	
Tributos a recuperar	–	5.703	
Imobilizado	596	715	
Direito de uso de ativos intangível	5.607	3.791	
	17	31	
Total do ativo não circulante	19.460	23.284	
Total do ativo	304.944	315.502	
Passivo e patrimônio líquido			
	2021	2020	
Circulante			
Fornecedores	3.661	7.488	
Fornecedores a pagar p/ partes relacionadas	16.475	22.974	
Passivo de arrendamento	2.681	2.307	
Salários e encargos	6.636	5.531	
Tributos a recolher	3.733	2.101	
IRPJ e CSLL a pagar	48.777	11.949	
Dividendos a pagar	4.945	13.208	
Outras contas a pagar	15.370	7.997	
Total do passivo circulante	102.278	73.555	
Não circulante			
Passivo de arrendamento	3.166	1.614	
Provisão p/ perdas com processos judiciais	8.538	8.046	
Total do passivo não circulante	11.704	9.660	
Total do passivo	113.982	83.215	
Patrimônio líquido			
Capital social	138	138	
Reserva de incentivos fiscais	8.298	5.902	
Lucros acumulados	182.526	226.247	
Total do patrimônio líquido	190.962	232.287	
Total do passivo e patrimônio líquido	304.944	315.502	

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Receita operacional líquida	581.054	564.930	
Custo das vendas	(262.226)	(288.643)	
Lucro bruto	318.828	276.287	
Despesas com vendas	(37.824)	(34.269)	
Despesas administrativas	(64.676)	(56.423)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17.545	(1.753)	
Lucro antes do resultado financeiro	233.873	183.842	
Receitas financeiras	3.775	3.126	
Despesas financeiras	(2.812)	(4.359)	
Resultado financeiro líquido	963	(1.233)	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	234.836	182.609	
Imposto de renda e CSLL	(74.424)	(58.947)	
Lucro líquido do exercício	160.412	123.662	
Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	160.412	123.662	
Outros resultados abrangentes	–	–	
Resultado abrangente total	160.412	123.662	

de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. • Produção própria de álcool em gel para distribuição interna a todos os colaboradores. Doação de EPI's, equipamentos, alimentos, medicamentos e recursos financeiros, somando um total de R\$15.000 em doações em 2020, para ajuda no combate à Covid-19. Até o momento as operações da Empresa não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19. O segmento de atuação da Empresa é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril e áreas administrativas. Os níveis de estoques da Empresa permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Empresa, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. A Empresa está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Empresa não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Empresa não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia do COVID-19 que possam trazer reflexos para a Empresa, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

2. Base de preparação e declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábil (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 10 de maio de 2022. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Empresa estão apresentados na Nota Explicativa nº 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Luiz Carlos Borgonovi – Diretor
Rodrigo Miranda Simões – Contador CRC 1SP 250.809/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de maio de 2022.
Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6
Cristiane Cléria S. Hilário
Contadora – CRC 1SP 243.766/O-8

Negócios

Os planos do Bradesco para ser o maior banco digital do México



O Bradesco começou a operar no México ao comprar a área de cartões da C&A há 12 anos. Neste período, conquistou mais de 3 milhões de clientes através de parcerias com grandes varejistas, como Shasa, Promoda, Bodega Aurrera, Del Sol e Woolworth (além da C&A, é claro).

No dia 25 de agosto, o Bradesco deu seu passo mais ousado no México ao anunciar a compra da Ictineo Plataforma, por um valor não revelado. O negócio ainda precisa ser aprovado pelas autoridades regulatórias do México e do Brasil.

Com a transação, o Bradesco ganha a licença de uma instituição financeira popular (Sofipo) e poderá distribuir novos produtos no México, como conta digital e de in-

vestimento, bem como crédito consignado.

“Queremos nos tornar um dos maiores bancos digitais do México”, diz Alexandre Monteiro, diretor da Bradescard no México, em entrevista.

A tese do Bradesco é de que o México ainda é um mar azul quando o assunto é banco digital. A penetração de contas de neobanks é de apenas 0,8% no País, segundo Monteiro. No Brasil, é de 13%. Outro dado é a penetração de crédito, que é de 41% do PIB. Por aqui, ultrapassa os 80%.

O plano de Bradesco é oferecer mais serviços financeiros para a base de usuários de cartões de crédito. Mas também se lançar em mar aberto na busca por novos consumidores. “Queremos pegar esse mar azul e crescer”, afirma Monteiro.

Sem dar números, Mon-

teiro diz que pretende crescer a carteira atual no México em mais de cinco vezes nos próximos cinco anos. Na área de cartões, os planos são também de aumentar o número de parceiros e de lojas. Hoje, são 490 lojas. Até o fim deste ano, a meta chegar próximo de 800.

A Bradescard México tem planos futuros para realizar a distribuição de outros produtos, como financiamento de automóveis e crédito imobiliário.

Para disputar o mercado digital mexicano, o Bradesco vai encontrar um velho conhecido do Brasil: o Nubank. A empresa com 2,7 milhões de clientes no México. E essa base tem crescido rapidamente. No segundo trimestre, ela avançou seis vezes, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Neofeet/Biznews

WhatsApp libera compras pelo app na Índia

O WhatsApp passou a permitir nesta segunda-feira (29) que os usuários da Índia façam compras dentro do próprio aplicativo. Trata-se de uma parceria com a rede de supermercados JioMart.

Agora, será possível pesquisar os produtos do catálogo da empresa e concluir a compra sem sair do aplicativo. Os usuários podem adicionar itens ao carrinho e pagar pelo próprio chat, em conversas automatizadas.

“Esta é a nossa primeira experiência de compra de ponta a ponta no WhatsApp. Mensagens comerciais são uma área em expansão, e experiências baseadas em conversas como essa serão a maneira como as pessoas e as empresas se comunicarão nos próximos anos”, disse Mark

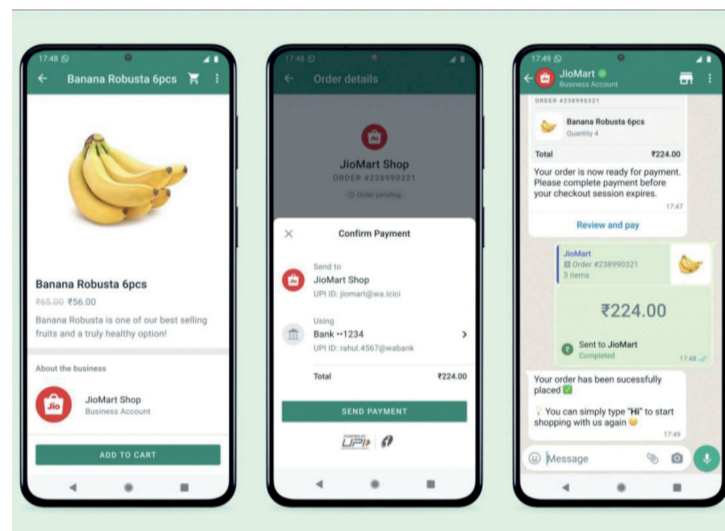
Zuckerberg, CEO da Meta.

Para comprar no JioMart pelo WhatsApp, os usuários da Índia precisam apenas mandar uma mensagem para o número da empresa. O WhatsApp não informou se as compras dentro do app chegarão ao Brasil.

Segundo a empresa, a ferramenta é parte da parceria entre a Meta e a JioMart para acelerar a transformação digital da Índia.

“Quando Jio e Meta anunciaram a parceria em 2020, Mark e eu compartilhamos a visão de trazer mais pessoas e negócios online e criar soluções realmente inovadoras, que agregarão conveniência ao dia a dia de cada indiano”, disse Mukesh Ambani, presidente da Reliance Industries, que controla o JioMart.

Folhapress



Volkswagen lança programa de assinatura de caminhões



A Volkswagen Caminhões e Ônibus e a Volkswagen Financial Services (VWFS) lançaram nesta quinta-feira, 25, o serviço de assinatura de caminhões, o VW Truck Rental. Segundo as empresas, trata-se do primeiro modelo de negócio oferecido por uma montadora no País.

“É um programa de assinatura para locação de caminhões, algo que já acontece com automóveis, o que facilitará a gestão de frota”, disse o CEO da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

O serviço será oferecido nas 150 lojas da rede de concessionárias autorizadas.

A assinatura da montadora, uma das líderes de vendas de caminhões no Brasil, ini-

cia as operações com a oferta de seis modelos.

O vice-presidente de Vendas, Marketing e Serviços da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Ricardo Alouche, disse que o novo serviço de assinatura deve atrair todos os tipos de clientes. “Os autônomos vão se interessar pelo serviço, bem como o pequeno empresário. Hoje, estamos iniciando uma jornada naturalmente voltada para pequenas, médias e grandes empresas, mas o programa nasce para atender autônomos e empresários”, afirmou em coletiva de imprensa.

Segundo o executivo, o programa-piloto começa com 100 unidades. “Mas não há limite de capacidade de atendimento”, ponderou.

O CEO da VWFS, Rodrigo Capuruço, disse que

o diferencial do programa é a oferta de um pacote básico com seguro e tecnologias como telemetria, o que não é tão usual no mercado de terceirização. “O negócio (de locação de caminhões) está em franco crescimento, este mercado está em desenvolvimento, mas temos uma visão clara de proposta de geração de valor.”

Roberto Cortes, por sua vez, esclareceu que um dos problemas para renovação de frota pelo autônomo é a concessão de crédito. “O aluguel vai se enquadrar em alguns clientes dependendo do negócio, sem dúvida vemos este mercado como uma tendência que veio para ficar.”

Ele acrescentou que a opção pela assinatura ou compra vai depender das condições macroeconômicas.

Biznews